



RAFAELLA
CASTRO
GAMA:027057
84551

Assimilado de forma digital por
RAFAELLA CASTRO
GAMA:027057
CPF: 027.057.845-51
Insc. no CNPJ nº 27.302.334/0001-76, ou Secretária
de Recursos Federais do Brasil - RFB,
ou: RFB (a-CPF A1) ou: SEM BRANCO,
ou: presencial, ou: RAFAELLA
CASTRO GAMA:02705784551
Data: 2022.04.07 10:00:00 -03:00

**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

CONTRATO Nº 11/2022

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ARROZ, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUIDABÃ, E, DO OUTRO, A QUALEALIMENTOS DISTRIBUIDORA EIRELI, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUIDABÃ - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, situado na Av. Ministra Leonor Barreto Franco - Nº 1691 - Centro de Aquidabã - CEP: 49.790-000, inscrita no CNPJ Nº 14.515.279/0001-50, adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária a Srª Nívea Carla Pereira Nascimento, brasileira, maior, residente e domiciliado nesta Cidade e a Empresa QUALEALIMENTOS DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob. Nº 27.302.334/0001-76, com sede a Rua Manoel Dantas, nº 435 - Bairro: José Conrado de Araújo - CEP: 49.085-210 - Aracaju - Sergipe, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Sócia Administradora a Srª Rafaela Castro Gama, portador do R.G. nº 3.308.410-6 - SSP/SE e CPF nº 027.057.845-51, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Fornecimento de Peixes e Arroz, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ARROZ PARA DOAR AS FAMÍLIAS CARENTES DESTA MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ - SERGIPE, de acordo com as especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2022 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

O fornecimento será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

Os produtos serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total de **RS 48.000,00 (Quarenta e Oito mil reais)**, conforme Anexo I;
§1º - O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças no prazo de até 30 (Trinta) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora;
§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, Certidões Negativas de Débitos junto



RAFAELLA
CASTRO
GAMA:027057845
51

Colina 267
Atividade: 027057845
CASTRO GAMA:027057845
DIR. GERAL, UNCP-BRASIL
RUA 1207, APT. 101, SAO BRANCO, BRASIA
Secretaria Federal do Brasil - IFE, ou-IFE
Rua: AL. SAO BRANCO,
Co-ordenador: RAFAELLA CASTRO
GAMA:027057845
Data: 2022-04-07 13:04:21 -0300

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

as Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicilio sede da licitante vencedora e Certidões Negativas de Débitos junto as Tribunal Superior do Trabalho – CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento dos Peixes e Arroz deverá ser de **IMEDIATO**, em local e dia a ser informado na Ordem de Fornecimento o prazo de vigência deste contrato será de **30 (trinta) dias**, após assinatura do respectivo contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O Fornecimento dos Produtos será realizado de **IMEDIATO**, após assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Fornecimento;

O fornecimento deverá ser realizado em veículo adequado, refrigerado e deverão ser entregues diretamente a população, conforme Ordem de Fornecimento;

Cabe ressaltar que o quantitativo expresso mostra-se como mero referencial, sendo que as solicitações de fornecimento serão feitas conforme necessidade desta Secretaria de Educação;

Os Produtos serão fornecidos conforme tipo, qualidade, quantidade, unidade, marca e demais especificações constantes na Proposta apresentada e especificações do Anexo I – Termo de Referência, sem qualquer tipo de avaria, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

Os Produtos deverão estar dentro das normas da Vigilância Sanitária;

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2022, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

13021 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2048 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3390.32.00 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FR: 15000000



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RAFAELLA
CASTRO
GAMA:0270578
4551

Folha: 267
Assinado em: 15/06/2017
RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
UF: Sergipe
CPF: 12073743000170, em: Secretária
de Receita Federal do Brasil - RFB
em: RFB e-CPF-A1, em: (SIA) BRANCO,
em: presencial, em: RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
Data: 2022.04.07 15:06:03 -03'00'

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento de licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FMAS ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAFAELLA
CASTRO
GAMA:02705784
551

Folha 269

Assinado de forma digital por RAFAELLA
CASTRO GAMA:02705784551
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria de
Recursos Humanos do Brasil - RR, ou=RR,
o=CPF, ou=SEM BRANCO,
ou=preencial, ou=RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
Data: 2022.04.07 15:07:35 -02'00'

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Presencial nº 04/2022 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, o Fundo Municipal de Assistência Social designará um profissional para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

§1º - A fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, *a e b* da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 5º, §2º, Lei nº. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aquidabã (SE) – 07 de Abril de 2022.

Nivea Carla Pereira Nascimento
FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Nivea Carla Pereira Nascimento
CONTRATANTE

QUALEALIMENTOS DISTRIBUIDORA EIRELI
Rafaela Castro Gama
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- I - *Myllena Stefany Andrade Oliveira*
- II - *Franiele Rodrigues de Gama*

**RAFAELLA
CASTRO
GAMA:0270578
4551**

Assinado de forma digital por
RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=12073743000170, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB-e-CPF AT, ou=(EM BRANCO),
ou=presencial, cn=RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
Dados: 2022.04.07 15:10:02 -03'00'



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAFAELLA
CASTRO
GAMA:0270578
4551

Folha 271
Assinado de forma digital por
RAFAELLA CASTRO
Rubrica: 0270578
DfT: (vBR, v=ICP-Brasil)
ou=12073743000170, ou=Secretaria
de Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=BR e-CPE 01, ou=SEM BRANCO,
ou=governamental, cn=RAFAELLA CASTRO
GAMA:02705784551
Dados: 2023.04.07 15:12:26 -03'00'

ANEXO I

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARROZ PARA DOAR AS FAMÍLIAS CARENTES DESTA MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ – SERGIPE, COM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NA LEI MUNICIPAL Nº 22 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

1.0 – CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada e possuir rótulo, elaborado de acordo com as normas vigentes, contendo a identificação e as especificações do material, como indicação da marca, do fabricante e da procedência.

1.2. Após o recebimento os produtos serão submetidos ao teste de “Controle de Qualidade”, devendo a Contratada, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.3. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos Produtos diretamente a população em local e dia a ser especificado na Ordem de Fornecimento, em conjunto com os profissionais da Secretária Municipal de Assistência Social deste Município de Aquidabã - Sergipe.

1.4. O transporte dos produtos deverá ser feito em veículo adequado, do tipo baú, sob refrigeração suficiente, de forma a não comprometer a qualidade do produto.

1.5. O veículo permanecerá no local da entrega até o final da distribuição

2.0 – ESPECIFICAÇÕES:

Item	Código	Produto/Serviço	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	1031	ARROZ PARBOILIZADO tipo I	KG	12.000	4,00	48.000,00
Especificação		classe longo fino, coloração branca, grãos íntegros, acondicionado em embalagem plástica transparente resistente original do fabricante com 01 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livres de umidade e fragmentos estranhos. Informações nutricionais na embalagem. Prazo de validade mínima de 06 meses a 01 ano, com registro no Ministério da Agricultura.				
TOTAL						48.000,00

3. DO PREÇO:

Os produtos serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total de **RS 48.000,00 (Quarenta e Oito mil reais)**.

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal e faturamento, devidamente atestado pelo servidor responsável pela gestão do contrato;

Os Produtos deverão ser fornecidos em conformidade com o determinado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Aquidabã – Sergipe.

As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser entregues na Rua Paraguai, nº 1473 – Centro de Aquidabã –



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAFAELLA
CASTRO
GAMA:0270
5784551

Assinado de forma digital por
RAFAELLA CASTRO
Rubrica: 02705784551
DN: c=BR, ou=CP-Brasil,
ou=1297374890170,
serial=102676, email=rafaella.castro@sergipe.org.br,
ou=Secretaria de Recursos Humanos,
ou=PM-SE, ou=CP-Brasil,
ou=1297374890170,
ou=RAFAELLA CASTRO,
ou=GAMA:02705784551,
Datey: 2022.04.07 15:14:55 -03'00'

Sergipe – CEP: 49.790-000.

4. DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A NF/FATURA:

A Nota Fiscal/Fatura, deverá ser emitida contendo a especificação dos produtos fornecidos.

Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, com a apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 03, de 02/05/2007;

Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;

Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR).

Aquidabã (SE) – 07 de Abril de 2022.

Nívea Carla Pereira Nascimento
FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Nívea Carla Pereira Nascimento
CONTRATANTE

QUALEALIMENTOS DISTRIBUIDORA EIRELI
Rafaela Castro Gama
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- I- *Mullera Stefany Andrade Oliveira*
- II- *Franco Henrique de Jesus*